

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

VERSÃO 1 – VIGÊNCIA: 10 DE MAIO DE 2022

PREMISSA

O **9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE/MG** se preocupa com sua privacidade e, por isso, entende a importância de você, enquanto titular de seus dados pessoais, saber com transparência como tratamos seus dados pessoais em virtude da sua relação conosco.

1. O QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE LER ESTA POLÍTICA

Essa Política de Privacidade faz parte de um conjunto de medidas adotadas visando conformidade em especial com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e a Portaria Conjunta nº 6.905/2021 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, entre outras regulações aplicáveis, inclusive do Conselho Nacional de Justiça.

Para cumprir com as atribuições específicas previstas na Lei nº 8.935/95, e praticar os atos notariais, **a Tabeliã Titular do 9º Ofício de Notas de Belo Horizonte trata dados pessoais ocupando posição de controladora de dados.**

Essa política de privacidade deve ser lida e compreendida. Caso tenha dúvidas, entre em contato conosco. Também sugerimos que esta Política seja periodicamente consultada, já que será atualizada sempre que necessário.

A fim de permitir a melhor compreensão desta política, esclarecer o significado de algumas expressões é importante:

- 1) Dado Pessoal:** qualquer informação relacionada à pessoa física identificada ou identificável.
- 2) Dado Pessoal Sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- 3) Titular de Dados:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Ou seja, você.
- 4) Tratamento de Dados:** toda operação realizada com dados pessoais, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transferência, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, modificação, comunicação ou extração.
- 5) Finalidade:** o objetivo/propósito que se deseja alcançar com o tratamento de dados pessoais.
- 6) Necessidade:** justificativa pelo qual é estritamente necessário realizar o tratamento de dados pessoais para atingir a finalidade.
- 7) Base Legais (Hipóteses de Tratamento de Dados):** fundamentação legal que torna legítimo o tratamento de dados pessoais. O consentimento, o cumprimento de obrigação legal, o

cumprimento de obrigação contratual e o legítimo interesse são exemplos de bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais, conforme previsto na LGPD.

8) Consentimento: uma das dez bases legais previstas na LGPD. Trata-se da manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados concorda com o tratamento de seus dados para uma finalidade determinada.

9) Controlador de Dados: é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou de direito privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e a definição das finalidades desse tratamento.

10) Operador de Dados: é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Todos aqueles que, como pessoas distintas do controlador, sem relação de subordinação, tratam dados em seu nome.

11) Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

12) Retenção dos Dados: período de armazenamento dos dados pessoais.

13) Cookies: arquivos de Internet que armazenam, por determinado período, as informações sobre a navegação do usuário na Internet e que podem, em alguns casos, envolver dados pessoais.

14) Cookies de terceiros: são cookies ofertados em uma página web de uma empresa, mas que fornecem conteúdo de outro site ou para outras finalidades, como link que pode lhe redirecionar para uma rede social, ou ainda, que colete dados analíticos que nos ajudam a entender de seus interesses em nossos produtos e serviços.

Nota: Sejam cookies da empresa ou ainda, de terceiros, eles existem em duas categorias:

- **Cookies persistentes:** permanecem no disco rígido do usuário depois que o navegador é fechado e será usado novamente em visitas subsequentes ao mesmo site.
- **Cookies de sessão:** são temporários e desaparecem depois que o navegador é fechado, ou seja, quando a sessão do usuário é encerrada.

15) Incidente de Violação de Dados: Incidente de Segurança da Informação que tenha como consequência violação de dados pessoais.

2. QUAIS DADOS SÃO TRATADOS?

Para lavratura de atos notariais, tais como escrituras públicas, procurações, atas notariais e testamentos, são coletados diversos dados pessoais, os quais podem variar, por exemplo, se for uma escritura pública relativa à alienação de bens imóveis, de divórcio, de inventário e partilha etc. Em geral, coleta-se nome completo, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, sexo, profissão, estado civil, número de RG, inscrição no CPF, endereço, telefone, e-mail, foto, biometria, dados de filiação, do cônjuge e dos filhos, se necessário, dados sobre óbito, sempre levando em consideração apenas os dados necessários para a lavratura dos atos, respeitando-se as exigências legais. Contudo, é importante que fique claro que o 9º Ofício de Notas trata dados pessoais, inclusive

dados sensíveis, dados de crianças e de adolescentes e de outros vulneráveis, apenas na exata medida da necessidade, e em observância com os cuidados exigidos pela LGPD.

- Para saber detalhes sobre quais dados pessoais são efetivamente tratados para prática de cada ato notarial praticado pelo Tabelionato, [CLIQUE AQUI](#).

Nosso atendimento, que poderá gerar ou não um ato notarial, pode iniciar no balcão da serventia, ou através de nossos canais de comunicação oficiais, tais como: sítio eletrônico na Internet, serviço de mensagens via web, ou ainda, páginas e perfis em mídias sociais, os quais, muito embora tenham mais o objetivo de prestar informações sobre nossos serviços, permite que você interaja conosco de alguma forma. Nesses casos, normalmente coletamos: nome, e-mail, CPF e telefone de contato. Tais dados são coletados para prestar um adequado atendimento e para que sua relação conosco seja eficaz, trazendo benefícios como agilidade, praticidade e segurança ao seu atendimento.

Além de tratar dados de clientes, efetivos e/ou potenciais, poderá haver a contratação de fornecedores ou prestadores de serviço que serão operadores de dados. Estes últimos deverão comprovar que adotam medidas técnicas e administrativas para proteção de dados, estando em conformidade legal sobre o tema.

3. O TABELIONATO TRATA DADOS PELA OFERTA DE COOKIES? QUAL É A POLÍTICA DE COOKIES?

Sim, tratamos dados por meio da oferta de *cookies*, com intuito de lhe proporcionar uma boa experiência durante e após sua navegação em nosso sítio eletrônico, seja para atendimento tradicional, seja para um agendamento de serviços, garantindo que tudo ocorra de forma segura. Alguns *cookies* são ofertados para que possamos analisar sua experiência ao nos visitar virtualmente e, assim, aprimorar nossos serviços.

Nossa política de *cookies* permite que você possa aceitar ou não esta oferta, salvo em relação aos *cookies* necessários, sem os quais o serviço oferecido pelo sítio eletrônico do Tabelionato pode ser afetado. Se você não sabe o que são *cookies*, volte para o item 1 desta política em que há um glossário que os define. Caso seja do seu interesse obter mais informações sobre os *cookies* que ofertamos no sítio eletrônico, visite o link exibido para as “Configurações de *Cookies*” e ative ou desative o que achar necessário: **Seus dados: sua escolha!**

4. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS?

Os dados são fornecidos, em regra, pelo próprio titular que participa do ato notarial (ex. vendedor que encaminha pedido de escritura de compra e venda). Mas, os atos notariais também podem envolver dados de terceiros que dele participam (ex. o comprador, em ato encaminhado pelo vendedor) e/ou terceiros referidos no ato notarial (ex. pessoa mencionada em uma ata notarial). Portanto, os dados podem ser coletados quando fornecidos pelo próprio titular ou por terceiros, como advogados, corretores e despachantes.

Os dados são coletados no balcão do tabelionato, mas também poderão ser coletados por meios eletrônicos e/ou canais oficiais de comunicação, tais como contato via sítio eletrônico,

serviços de e-mail e mensageria. Também coletamos sua imagem nas nossas câmeras de circuito interno.

No caso dos dados coletados via Internet, seja pelo sítio eletrônico, seja por serviços de mensageria instantânea ou por *cookies*, todas as coletas são realizadas tendo como premissa seu interesse em nos contatar e interagir conosco. Para tanto, usamos serviços de mensageria instantânea, por formulários de contato via Internet ou ainda, por e-mails de contato com setores específicos. Contudo, tratamos seus dados com cuidado e seriedade.

5. QUAL A FINALIDADE DO TRATAMENTO DOS DADOS E QUAL A BASE LEGAL DE AUTORIZA O TRATAMENTO?

O 9º Ofício de Notas trata os dados para finalidades legítimas e específicas, em especial para a execução dos serviços concernentes à atividade notarial estabelecidos pela legislação, visando publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art. 1º da Lei n. 8.935/94). O TRATAMENTO DE DADOS DECORRENTE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NOTARIAL SE DÁ COM BASE NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL, SENDO ESTA A BASE LEGAL QUE O AUTORIZA.

Para além disso, o Tabelionato também coleta dados:

- ✓ Em processos de recrutamento e seleção, com a finalidade de identificar um potencial candidato para preencher vaga na serventia – Base Legal: consentimento.
- ✓ Para atendimento ao público, com a finalidade de identificar o usuário que deseja contato, garantindo o correto atendimento de suas necessidades – Base legal: legítimo interesse.
- ✓ Para registro e correspondência, com a finalidade de cumprir com a obrigação legal de fornecimento de certidões e para atender os titulares de dados pessoais no exercício de seus direitos – Base Legal: cumprimento de obrigação legal.
- ✓ Para controle interno de fluxo de pessoas, com a finalidade de segurança e prevenção à fraude – Base legal: legítimo interesse.

6. COM QUEM COMPARTILHAMOS OS DADOS?

O 9º Ofício de Notas compartilha os dados com diversas entidades, mas é importante que você saiba que este compartilhamento decorre de obrigação legal. Não compartilhamos dados de forma voluntária, tampouco monetizamos a base de dados.

COMPARTILHAMOS DADOS COM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- ✓ CNJ – Conselho Nacional de Justiça através do “Sistema de Justiça aberta”
- ✓ “Sistema Eletrônico de Informações – SEI”, para os documentos apostilados conforme a Convenção da Apostila da Haia
- ✓ RFB - Receita Federal do Brasil
- ✓ COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras

- ✓ Poder Judiciário
- ✓ Fazenda Estadual
- ✓ Fazenda Municipal

COMPARTILHAMOS DADOS COM UMA ENTIDADE PRIVADA: O CNB – Colégio Notarial do Brasil, por meio da plataforma do e-notariado, para alimentar a base de dados da:

- ✓ CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados para gerenciar bancos de dados com informações sobre testamentos, procurações e escrituras públicas de qualquer natureza lavradas em todos os cartórios do Brasil.
- ✓ CCN – Cadastro Único de Clientes do Notariado alimentada por todos os cartórios que praticam atos notariais.
- ✓ CBF - Cadastro Único de Beneficiários Finais para controle de lavagem de dinheiro.

Importante esclarecer que os dados pessoais coletados na serventia e utilizados nos atos protocolares passam a constituir o que se denomina arquivo público, passível de conhecimento por meio de certidão, hipótese na qual o solicitante da certidão se responsabiliza por eventual uso indevido da informação.

7. O QUE ACONTECE COM SEUS DADOS APÓS O TÉRMINO DA SUA RELAÇÃO COM O 9º OFÍCIO DE NOTAS?

O tratamento de dados pessoais é realizado por meio de sistema de informática, sendo eles armazenados em bancos de dados informatizados, além de lançados nos livros oficiais.

O tratamento mantém-se durante o tempo necessário à execução das atividades notariais, sendo que o arquivamento nos livros oficiais é de guarda perpétua em cumprimento da sua finalidade pública prevista na legislação notarial.

No caso dos tratamentos realizados para seu atendimento, em suas mais variadas formas, os dados pessoais são armazenados por tempo não mais que o necessário para que o propósito seja alcançado, a menos que, por força de lei, tenhamos que retê-los por maior período.

8. QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES

A LGPD garante uma série de direitos aos titulares de dados, são eles:

- 1) **Confirmação de existência de tratamento de dados** pelo tabelionato = direito de informação
- 2) **Acesso aos dados tratados**, mediante fornecimento de documento em forma de listagem, com exceção dos casos de sigilo. Não se confunde com a emissão de certidões.
- 3) **Correção de dados** que contenham informações incompletas, desatualizadas ou errôneas, quando e se decorrente de erro da serventia.
- 4) **Anonimização e bloqueio dos dados** desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na legislação aplicável.

- 5) **Portabilidade dos dados** a outro tabelionato, o que já é realizado de forma automática por força do Provimento 100/2020 do CNJ que permite o compartilhamento de dados pessoais para prática de atos notariais entre tabelionatos através de cadastros administrados pelo Colégio notarial do Brasil (CCN e CBF)
- 6) **Informação sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o controlador realizou o compartilhamento de dados;**
- 7) **Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento** e sobre as consequências da negativa;
- 8) **Revogação de consentimento dado**, a qualquer momento, mediante requerimento expresso do titular;
- 9) **Eliminação dos dados pessoais** tratados com o consentimento do titular, mediante requerimento expresso do titular; e,
- 10) **Reclamação junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.**

9. COMO O 9º OFÍCIO DE NOTAS CUIDA DOS SEUS DADOS

Medidas administrativas, como controle de acesso aos locais de armazenamento de livros e registros, preservação da integridade física dos documentos, política de mesa limpa, descarte seguro de papéis e documentos, assim como medidas técnicas como uso de sistemas seguros, utilização de *firewall* na rede corporativa, impedimento de uso de dispositivos pessoais, controle de acesso às bases de dados digitais por senhas fortes, assim como restrição de acesso conforme competências, são algumas das medidas adotadas para a segurança dos dados e garantia de sua privacidade.

Além disso, o tabelionato também conta com uma política interna de proteção de dados, uma política de segurança da informação e um plano de resposta à eventuais violações de dados.

10. QUAL É A LEI APLICÁVEL A ESTA POLÍTICA

Essa Política de Privacidade será interpretada de acordo com a lei brasileira aplicável e, qualquer questão ou controvérsia dela decorrente, deverá ser submetida a julgamento no Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG.

11. ESSA POLÍTICA PODE SER ALTERADA?

Visando melhoria contínua, nos reservamos o direito de modificar essa Política de Privacidade a qualquer momento. Assim, é recomendável que o usuário e visitante a revise com frequência. As alterações e esclarecimentos vão produzir efeito imediatamente após sua disponibilização na serventia, independentemente de notificação. Ao utilizar o serviço ou fornecer informações pessoais após eventuais modificações, o titular de dados concorda com as novas normas.

12. AINDA FICOU COM DÚVIDAS?

O **9º Ofício de Notas** possui um **ENCARREGADO** que atua como canal de comunicação entre o controlador (Tabeliã), os titulares de dados (você) e a ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Nosso canal oficial de comunicação é privacidade@cartorionotas.com.br.

Ao realizar o contato, faremos a verificação de seu pedido e, caso necessário, solicitaremos mais informações para validar sua identidade, prosseguindo o atendimento. Registre-se que os dados pessoais tratados em decorrência deste contato estão sujeitos ao tratamento nomeado “Registro e Correspondência”, tal como esclarecido acima.

Nosso atendimento observará os prazos estipulados pela ANPD, visando celeridade ao processo e a resposta desejada.